

## **PARECER JURÍDICO**

**REQUERENTE:** Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul - RS.

**OBJETO:** Parecer Jurídico acerca do Recurso Administrativo interposto pela Empresa ROBSON DOS SANTOS ME e das Contrarrrazões apresentadas pela empresa HIDROART POÇOS ARTESIANOS LTDA, nos autos do Processo Licitatório - Tomada de Preços n.º 009/2018.

### **BREVE RELATÓRIO**

Recebemos da Comissão Permanente de Licitações do Município de Barra do Rio Azul - RS, solicitação de emissão de Parecer Jurídico por ocasião de Recurso Administrativo e Contrarrrazões interpostos pelas empresas acima identificadas, em face de decisão da Comissão Permanente de Licitações que determinou a inabilitação do participante ROBSON DOS SANTOS ME.

Nos encaminharam cópias do referido Recurso Administrativo e das Contrarrrazões interpostas, além dos autos do Processo Licitatório - Tomada de Preços n.º 009/2018, devidamente autuado e paginado.

Requereram a máxima urgência.

É o breve relatório.

A seguir, apresentamos os resumos dos recursos interpostos.

**RESUMO DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA ROBSON DOS SANTOS ME.**

A Empresa Recorrente insurge-se contra a Decisão da Comissão Permanente de Licitações que lhe inabilitou no processo licitatório modalidade Tomada de Preços n.º 009/2018.

Em síntese alega ter sido inabilitada ter sido inabilitada por não apresentar Certidão de Registro Cadastral (CRC), refere restar pendente a análise de impugnação protocolada no dia 12/06/2018, alega ainda, ter impugnado o edital licitatório, a fim de que seja aceita e reconhecida a capacidade técnica do engenheiro sanitaria para atuar como responsável técnico da obra.

Juntou procuração outorgando poderes ao procurador que subscreveu o recurso.

**RESUMO DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTAS PELA EMPRESA HIDROART POÇOS ARTESIANOS LTDA.**

A Empresa alega em sede de Contrarrazões que a empresa Recorrente ROBSON DOS SANTOS ME, não apresentou toda a documentação prevista no instrumento convocatório, razão pela qual não lhes foi expedido o Certificado de Registro Cadastral.

Referiu ainda, que na data designada para abertura dos envelopes contendo a documentação e proposta das empresas participantes, quando da abertura do envelope da documentação da empresa Recorrente, constatou-se que

esta não apresentou o Certificado de Registro Cadastral - CRC, desta forma sendo inabilitada para o certame.

Em seus fundamentos a empresa Recorrida refere em síntese, a acertada decisão da Comissão de Licitações que inabilitou a Recorrente, trazendo à baila dispositivos da Lei de Licitações, juntando vasta argumentação acerca de forma com que se dá o credenciamento nas licitações da modalidade Tomada de Preços, juntou jurisprudência acerca do tanto alegado e ainda, colacionou entendimentos doutrinários sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Ao final, concluiu pela assertividade da decisão da Comissão de Licitações que inabilitou a Recorrente e, pugnou pelo não reconhecimento do recurso da Recorrente ante a falta de suporte legal.

Não juntou outros documentos.

**ANÁLISE DO RECURSO E DAS CONTRARRAZÕES INTERPOSTAS PELAS EMPRESAS ROBSON DOS SANTOS ME E HIDROART POÇOS ARTESIANOS LTDA.**

Após a apresentação dos resumos do recurso e das contrarrazões interpostos pelas empresas supracitadas, passaremos a discorrer acerca da matéria levada em tela, considerando que ambos possuem os requisitos que ensejam o seu conhecimento.

Assim, cumpre-nos tecer as considerações acerca dos fundamentos levantados pela empresa recorrente:

Como sabido, os Entes Públicos devem atentar aos Princípios Constitucionais elencados no Artigo 37, caput, da Constituição federal, quais sejam da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nesse aspecto, tenho que em nenhum momento o Município deixou de levar em conta quaisquer destes princípios quando da elaboração do Edital de Licitação.

Além da observância dos Princípios elencados anteriormente, os Entes públicos devem observar também a todos os Princípios que norteiam o procedimento licitatório, previstos no Artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, em especial quanto ao da vinculação ao edital, sendo este princípio básico de toda e qualquer licitação.

Vários são os posicionamentos nesse sentido. O eminente doutrinador Hely Lopes Meirelles, em sua obra intitulada "Direito Administrativo Brasileiro", Editora Revista dos Tribunais - São Paulo, 1985, à páginas 225 e 226, leciona o seguinte:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu..."

Na mesma linha, também discorre o doutrinador João Carlos Mariense Escobar, na obra "Licitação - Teoria e

Prática", Editora Livraria do Advogado - Porto Alegre, 1993, páginas 20 e 21:

"O princípio de vinculação ao instrumento convocatório veda a realização do procedimento em desconformidade com o estabelecido previamente no edital. Como lei interna da licitação, ao edital tudo se vincula. Nem os documentos de habilitação nem as propostas podem ser apresentados em desconformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório, nem o julgamento do certame pode realizar-se senão sob os critérios nele divulgados. Tampouco o contrato poderá desviar-se da sua matriz - o instrumento convocatório - de modo a descaracterizar essa vinculação. O edital deve referir, obrigatoriamente, o critério de julgamento da licitação, explicitando os fatores que influirão nesse julgamento, e daí em diante tudo deverá ser feito levando em conta o que nele foi divulgado".

É imperativo dizer que o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o Edital faz LEI entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes.

Nesse sentido, a Jurisprudência também é dominante:

*RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. LEILÃO. EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EDITAL FAZ LEI ENTRE AS PARTES.*

*O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes.*

*(REsp. nº 354.977/SC, Primeira Turma, Superior Tribunal de Justiça, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 18/11/2003, DJ de 09/12/2003, p.213).*

A propósito, o Augusto STJ definia: "O edital é a lei do concurso, sendo vedado à Administração Pública alterá-lo, salvo para, em razão do princípio da legalidade, ajustá-lo à nova legislação, enquanto não concluído e homologado o certame". (RMS nº 13578/MT, Rel. Min. Vicente Leal, DJ de 12/08/2003).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também já se posicionou a respeito. Vejamos:

*LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO. EXIGÊNCIA DE ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO 59/00 DA ANVISA. CERTIFICADOS DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E CONTROLE. NÃO APRESENTAÇÃO.*

*Prevendo o edital o atendimento da Res. RDC-ANVISA nº 59/00, que disciplina a inspeção para o fornecimento dos Certificados de Boas Práticas de Fabricação e Controle, não pode sagrar-se vencedora empresa que não apresentar o documento. Não serve a afastar o princípio da vinculação da Administração ao edital declaração de associação de importadores à CELIC-RS, informando que a ANVISA não está apta a fazer as inspeções em todas as empresas, e que as que importam produtos, estando conforme à legislação internacional, poderiam participar de licitações em idênticas condições. HONORÁRIOS. Mesmo ante a presença de litisconsortes necessários, vigoram as S. ns. 105 do STJ e 512 do STF. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE.*

*(Apelação Cível nº 70023216930, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Dês. Rejane Maria Dias de Castro Bins, julgado em 15/05/2008).*

Conclui-se então que a Administração Municipal deve primar pela observância dos Princípios Constitucionais que norteiam e orientam a realização dos Procedimentos Licitatórios, bem como pelos Princípios inerentes às regras básicas de Licitação.

Deve-se analisar então, o caso específico, ao qual passamos a discorrer.

A Administração Municipal de Barra do Rio Azul - RS, lançou Edital de Licitação que tem por finalidade a execução de obra de implantação de Sistema de Abastecimento de Água em áreas rurais do Município, sob regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra.

Destaca-se que o Edital Convocatório do Certame não foi objeto de qualquer impugnação, que atendesse os termos legais, seja por parte dos licitantes, tampouco de terceiros.

Neste sentido, passou a fazer LEI entre as partes.

Por sua vez, neste caso, os argumentos recursais apresentados pela empresa ROBSON DOS SANTOS ME, merecem juízo de total improcedência.

Salvo melhor Juízo, não há o que se falar em habilitar a Recorrente.

A empresa recorrente pretende por seu recurso se ver habilitada no processo licitatório em comento, ao passo que em sua análise, o engenheiro sanitarista mostra competência ainda mais específica para atuar como responsável técnico dos serviços apontados no edital.

Ledo engano.

Quem deve saber o que pode ou não, ou o que deve ou não ser feito é a própria Administração e, não os interessados, sob pena de que cada um queira agir em seu

interesse próprio, ao passo que a Administração ao definir sua conduta a adotará para todos os interessados, aliás, fato este sempre respeitado pela Comissão Permanente de Licitações do Município da Barra do Rio Azul/RS.

Não há que se falar em qualquer irregularidade que seja, na condução do referido certame. Consoante referido, não houve qualquer impugnação realizada nos termos do que reza a Lei.

O fato de ter a Administração Municipal solicitado, quando da publicação do instrumento convocatório, que a responsabilidade técnica pela execução dos serviços fosse realizada por Engenheiro Civil ou Arquiteto, aliado ao fato de que nenhuma impugnação sequer foi conhecida, operou a Lei entre as partes, de modo que, quem desejasse participar do certame deveria comprovar tal situação, sob pena de desclassificação do certame.

Revendo os autos, a Comissão Permanente de Licitações agiu de forma correta ao não expedir o CRC para a empresa ROBSON DOS SANTOS ME, pela não indicação do profissional responsável técnico pela execução dos serviços, bem como pela não comprovação do vínculo deste com a Recorrente, em desacordo, portanto, com os termos solicitados no Edital, descumprindo desta forma, os itens 4.1.3, alíneas "b" e "e", e, decorrentes de tal, ainda descumpriu as alíneas "g" e "i".

Correta, portanto, a inabilitação da empresa ROBSON DOS SANTOS ME, não há que se falar em reconsideração de sua inabilitação.



Por fim, e, apenas por amor ao debate, com relação à alegação de que restaria pendente a análise de impugnação ao edital. Há que se referir que a Empresa Recorrente, consoante referido por esta própria, somente protocolou impugnação ao edital no dia 12 de junho de 2018, no dia anterior a data designada para abertura dos envelopes de documentação e proposta, reconhecendo de pleno a intempestividade da impugnação apresentada, vez que, protocolada fora do prazo legal.

Salutar nesse caso relembrar a máxima de que o direito não socorre aos que dormem, ou por outro dizer, não se pode convalidar a desídia daqueles que a deram causa.

#### **PARECER CONCLUSIVO**

Diante do exposto, opina-se pela TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela empresa ROBSON DOS SANTOS ME, mantendo a Recorrente na condição de inabilitada no certame licitatório modalidade Tomada de Preços n.º 009/2018.

Ressalvado o juízo dos que mais sabem, este é o Parecer.

Barra do Rio Azul, RS, 22 de Junho de 2018.

**RICARDO MALACARNE MICHELIN**

OAB/RS - 63.903